

## CAFEICULTORES, PRODUTORES DE AÇÚCAR E TRÁFICO DE ESCRAVOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1825-1850)<sup>1</sup>

Carlos Alberto Medeiros Lima\*

Recebido em 06/11/2012 Aprovado em 20/12/2012
--

**Resumo:** *O segundo quarto do século XIX representou o auge, mas também o início da crise, por suas grandes flutuações, do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. As áreas açucareiras e cafeeiras da província de São Paulo participavam de um mesmo mercado de escravos africanos. No entanto, as canavieiras adquiriam mais cativos, privilegiando em grau mais elevado que as cafeeiras os adultos do sexo masculino. Enquanto o dinamismo da produção paulista de açúcar foi profundamente deprimido durante a década de 1840, fruto da competição cubana, a produção cafeeira chegava a seu auge na seção do Vale do Paraíba situada na mesma província. Mas os registros paroquiais e os recenseamentos mostram que os desempenhos como compradores de africanos dos produtores de açúcar e café não correspondem exatamente ao esperado diante das fases que enfrentavam de, respectivamente, depressão e auge. Isso indica que esses desempenhos eram profundamente afetados pelas características de cada uma das atividades.*

**Palavras chave:** *lavoura canvieira – cafeeicultura – escravidão*

**Abstract:** *From 1825 through 1850, the zenith but also the beginning of the crisis of Brazilian slave trade, the number of African slaves bought by sugar producers of the province of São Paulo was greater than the amount acquired by coffee producers. The former also emphasized in a greater degree the acquisition of adult males when compared to coffee growers, despite the fact that both kinds of producer were very dynamic and bought slaves at the same place (sugar production in São Paulo, although having just begun to be exported, would suffer heavy impacts from Cuban expansion around 1840; paulista coffee would continue to thrive). The aim of this work is to study the performances as slave buyers of both kinds of producer, grounded in the assumption that it will highlight other characteristics of sugar and coffee production in the Brazilian Southeast.*

**Keywords:** *sugarcane history – history of coffee cultivation – slavery – slave trade – Brazil during the first half of the nineteenth century*

---

\* Doutor em História Social pelo IFCS/UFRJ. Professor da UFPR. [carlima3@gmail.com](mailto:carlima3@gmail.com)

## **Introdução**

As especificidades da produção do açúcar, assim como ela foi encaminhada até meados do século XIX, imprimiram marcas nas sociedades onde se plantava a cana.<sup>2</sup> Recentemente, raciocínio análogo começou a ser utilizado em relação ao café (CLARENCE-SMITH; TOPIK, 2003; TOPIK, 2000). Essa abordagem traz para o interior da análise as cadeias (produtivas, comerciais, demográficas, de relacionamento com o ambiente e de outras naturezas) que se desdobram a partir das formas de organização no interior dos esquemas voltados para os produtos da agroexportação e do perfil dos grupos dominantes que se assenhoreiam deles; ela associa sua consideração à análise dos processos de acumulação e de conformação da população local. É claro que quase nunca esses produtos são os únicos no interior das áreas analisadas, mas a ferramenta de análise foi elaborada para fazer referência a situações de mercado predomínio deles<sup>3</sup>. Aqui se examinam as especificidades daqueles dois principais produtos da agroexportação brasileira da primeira metade do século XIX, tendo em vista locais selecionados e característicos da província de São Paulo. Isso é feito levando em conta a interação dessas especificidades com modificações nos mercados de cada produto e com as mudanças institucionais que tiveram um impacto dramático na oferta de escravos. Recorre-se a registros paroquiais de batismo de escravos e a listas nominativas de habitantes (utilizam-se também, para um ponto específico, registros de óbito). O objetivo é confrontar os desempenhos de diversas vilas paulistas na aquisição de escravos africanos, especialmente durante o período de ilegalidade do tráfico atlântico, com o estado das atividades principais encaminhadas no interior de cada uma delas. O uso das fontes elencadas se justifica pelo fato de a documentação de natureza fiscal ter tendido a escamotear a procedência dos escravos transacionados (COSTA, 2003). Além disso, diversas investigações mostraram terem sido menos confiáveis as listas nominativas feitas após 1830, se consideradas isoladamente (MARCÍLIO, 2000). Por fim, as avaliações baseadas em registros portuários não permitiram aos especialistas em sua consulta quebrar o movimento entrevisto nos portos por município de destino dos escravos traficados legal ou ilegalmente. Especialmente em relação aos registros de batismo de escravos adultos na documentação paroquial, não se devem esquecer suas fragilidades enquanto fonte de informação. Embora eles talvez fossem o único tipo de

registro de propriedade dos africanos adquiridos no âmbito do tráfico ilegal, será visto que sua cobertura quanto a isso provavelmente piorou após 1830. Ainda assim, é importante avaliar isso caso a caso, em virtude da carência de documentação alternativa a respeito das aquisições de africanos.

Os registros de batismo permitirão observar aspectos da demanda por africanos nas diversas áreas produtoras a partir de informação derivada dos batismos de africanos, atos muito próximos à aquisição desses escravos. Especialmente no caso do tráfico para o Brasil, proibido pelos tratados antitráfico estabelecidos com a Inglaterra, com reforço através de legislação de 7 de novembro de 1831, não existem registros portuários confiáveis, além do que não permitiriam desagregar os dados por localidade ou atividade de destino dos africanos. Os registros de posse dos mesmos africanos (censos, inventários, assentos ligados à fiscalidade) dão acesso à sua distribuição e ao seu uso como escravos nas diversas regiões, mas não permitem ligação de seu uso e posse com a dinâmica do tráfico que os levou para ali, a não ser muito indiretamente. Além disso, a estrutura etária dos traficados sofreu mudanças muito fortes ao longo do século XIX (ELTIS, 1987; MILLER, 2002, p.69), dificultando para pesquisadores o uso da distribuição por sexo e idade, isoladamente, para inferir a dinâmica do tráfico atlântico. Assim, é preciso utilizar documentação intermediária, ligando as chegadas e as aquisições, sendo remota a chance de que escrituras de compra e venda fossem lavradas por ocasião das aquisições de africanos importados ilegalmente.

### **Cana e café em São Paulo**

No que se segue reflete-se sobre a convivência entre açúcar e café, ou no interior de uma mesma área, ou em áreas próximas umas das outras, durante o segundo quarto do século XIX. Tanto Luna e Klein quanto Melo abordaram a articulação entre açúcar e café (LUNA; KLEIN, 2005; MELO, 2009), com foco, no primeiro caso, nos primeiros trinta anos do século XIX e, no segundo, no período iniciado por volta de 1850. Examinar a questão tendo em vista o segundo quarto do século permite agregar informação adicional, atentando para o testemunho propiciado pela relação de ambos os cultivos com as oscilações bruscas e críticas da oferta de escravos africanos que se notava no período.

De fato, o caso paulista da primeira metade do século XIX é crucial, em virtude de, pelo menos até cerca de 1840, ambas as produções terem passado por acelerado crescimento, provavelmente frequentando um mesmo mercado de africanos. A cafeicultura então se concentrava na parte paulista do Vale do Paraíba, ao passo que a lavoura canavieira vinha crescendo no chamado Oeste Paulista. Não obstante o percurso da cana ter sido mais tumultuado, o sentido geral das duas produções era ascendente até o final da quarta década do século. Após essa data, os trajetos da cana e do café passaram a divergir, acirrando-se as oscilações canavieiras até a substituição de um produto pelo outro em bora parte do Oeste (será importante considerar, à frente, um local onde essa substituição foi bem limitada; refiro-me a Capivari).

Quanto à cana, dispõe-se das cuidadosas estimativas de Maria Thereza Petrone, embora tenham tido que misturar informações sobre produção e sobre comercialização no porto de Santos, de onde o açúcar partia, às vezes - na verdade crescentemente - para o exterior do Império, às vezes para outros portos imperiais. Um quadro geral sugere, para o final do século XVIII e a primeira década do seguinte, quantidades crescentes, embora mantidas entre 1700 e 2500 toneladas. O crescimento se acelerou nas décadas de 1810 e 1820, quando o auge foi atingido, provavelmente ultrapassando as dez mil toneladas. A média dessas décadas, assim como a da seguinte, quase alcançou a casa das sete mil toneladas, para, nos anos 1840, decrescer para perto de 5500. Nesta última época, no entanto, mais importantes que o decréscimo foram as inéditas e muito bruscas flutuações, tendo sido os períodos 1841-1843 e 1847-1849 os mais difíceis. Durante eles, a produção pode ter sofrido decréscimos de mais da metade de um ano fiscal para o seguinte, como ocorreu em 1842-1843; no final da década, a produção decresceu em um terço por duas vezes consecutivas entre 1846 e 1848 (PETRONE, 1968, p.152-162).

O caso do café foi diferente. Não sendo possível separar as quantidades de café produzidas em São Paulo das do Rio de Janeiro (certamente bem maiores), só é possível fazer algumas aproximações. A produção de café na seção paulista do Vale deve ter correspondido a cerca de um quinto, ou mais, da do Vale fluminense: durante a segunda metade da década de 1830, a população escrava dos municípios cafeeiros da parte paulista do Vale deve ter correspondido a cerca de um quinto daquela do Vale do Paraíba Fluminense, que liderava, então, o cultivo do produto. A parte fluminense

talvez tivesse quase cem mil cativos em 1840. Nos municípios cafeeiros do Vale Paulista, em 1836, havia, no mínimo, 20 mil (SALLES, 2008, p. 185; MÜLLER, 1978 [1837], p.132-136). É muito útil, no entanto, observar os preços. Partindo de 1825, houve quase estabilidade até 1851; as flutuações foram muito suaves, com aumento até cerca de 1830, momento a partir do qual se verificou uma queda muito gradual, mostrando que os produtores também sentiram impactos do aumento de suas próprias produções, assim como das dificuldades do segundo quarto do século nas praças consumidoras. Mas isso não teve nenhum paralelo com a violência das flutuações do preço do açúcar no mesmo intervalo. Estes subiram quase 50% entre 1825 e 1827, caindo novamente em 50% até por volta de 1830, permanecendo em um nível de 60 a 70% do patamar de 1821 até a segunda metade dos anos 1830 e mantendo-se um pouco por baixo desses mesmos níveis de 1821 ao longo dos anos 1840 (MARCONDES, 2009, p.11).

Importa muito aquilo que tradicionalmente se escreve sobre as incontornáveis economias de escala da produção canavieira (McCUSKER; MENARD, 2004) e sobre a “polivalência social” do café (SAMPER, 1993). A cafeicultura não ficou limitada às grandes unidades, tendo, inclusive, sido encaminhada, em seus inícios paulistas, por gente sem escravos (MARCÍLIO, 2000; MARCONDES, 2005; MOTTA; NOZOE, 1994, 1999). Não parece plenamente fundamentada a hipótese de que o café do Vale do Paraíba Fluminense já nasceu associado a enormes propriedades, repousando tão somente na transferência para a atividade de grandes comerciantes monopolistas do abastecimento (SALLES, 2008). Os contraexemplos são elucidativos (MUNIZ, 2001, p.391-393; STEIN, 1961, p.17-18), sendo de se lembrar a definição de “fase de pioneirismo” na ocupação cafeeira do Vale, estendida até aproximadamente 1830, de acordo com Emilia Viotti da Costa (COSTA, 1982, p.40). Mas cafeicultores não escravistas só foram comuns nos momentos iniciais da lavoura cafeeira, e os pequenos proprietários do começo do cultivo tenderiam a tornar-se grandes ou a migrar para outras atividades (MOTTA; NOZOE, 1999). Assim, a cafeicultura do Sudeste, de grande ou pequeno porte, era ou tendia a tornar-se escravista, embora a história do café não tenha sido exclusivamente uma história de elites sociais.

Isso torna oportuno buscar uma aproximação ao tamanho das propriedades cafeeiras e canavieiras. Focalizo São Paulo, mas introduzo algumas informações comparativas (apêndice 1). É visível o enorme tamanho das propriedades pertencentes a senhores de escravos de Constituição (atual Piracicaba), na área do açúcar, e de Bananal, no Vale do Paraíba cafeeiro, que eram grandes em comparação tanto com as de municípios vizinhos que se dedicavam aos mesmos produtos, quanto com os engenhos cubanos. Em nenhum dos partidos cubanos cujos dados se pôde localizar o tamanho médio dos engenhos era semelhante ao das propriedades com escravos de Constituição e Bananal. Estas ultrapassavam largamente os engenhos do Recôncavo Baiano e às vezes rivalizavam com aqueles, verdadeiramente gigantescos, de Escada, em Pernambuco.

Uma questão importante para comparar a escravidão na lavoura canvieira e na cafeicultura é a da sazonalidade. Se bem a do café era pronunciada, permitindo diversificação das atividades dos escravos, a ausência de variações sazonais do trabalho na cana era particularmente cruel. Asafrá do Centro Sul era “ao contrário do tempo das safras do Norte”, dizia Moniz de Souza em relação a Campos (SOUSA, 1945 [1834], p.81), não obstante durar mais ou menos a mesma coisa (isto é, podendo chegar a nove meses). Petrone também descreveu safras paulistas em períodos diferentes das do Nordeste (PETRONE, 1968, p.90). Ainda quanto às lavouras canvieiras do Sudeste e do Nordeste brasileiros, é consensual que São Paulo produzia menos de um açúcar pior. Essa questão estava, no entanto, sofrendo modificações enormes durante o século XIX, como será visto. As safras compridas, além de permitirem reduzir um pouco o tamanho dos engenhos, ocupando-os por mais tempo, eram apreciadas pelos produtores por lhes permitirem maior controle sobre a entrada de seus açúcares no mercado (SCHWARTZ, 2005, p. 98).

Os engenhos baianos produziam, entre 1818 e 1837, quase três mil arrobas anualmente (BARICKMAN, 2003, p.73-74). Os pernambucanos passaram de cerca de 1200 em 1818 para algo ao redor das 3000 arrobas em 1844 (EISENBERG, 1977, p.43-44,147). Os de Itu, em São Paulo, passaram de cerca de seiscentas arrobas cada um, no final do século XVIII, para mais de novecentas, a partir da época da Independência (PETRONE, 1968, p.44). O patamar de Itu era significativo, embora situado bem abaixo

do baiano e do pernambucano; mas o caso de Campinas era comparável a estes. As estimativas contemporâneas têm oscilações incompreensíveis, mas as engenhocas de Campinas deviam produzir um pouco menos que as de Itu no final do século XVIII, passando levemente das quatrocentas arrobas anuais; no final dos anos 1810, aproximaram-se de ou ultrapassaram as 1500 arrobas anuais. Assim, as diferenças de escala entre a Bahia ou Pernambuco e São Paulo eram grandes, embora tudo isso ficasse bem atrás dos gigantescos engenhos cubanos, que produziam mais de cinco mil arrobas cada um no final dos anos 1820, segundo as estimativas sobre o número de engenhos de Bergad, Iglesias García e Barcia (1995, p. 28) e as relativas à produção, de Moreno Friginals (1989, v.II/III, p.347).

Foi sentida no Sudeste a crescente preferência pelo açúcar bruto nas praças consumidoras internacionais (que eram também praças refinadoras). José Silvestre Rebello escrevia em 1832 que o açúcar bruto era uma grande promessa: “O bom mascavinho he pouco inferior ao assucar bruto para o uso dos refinadores; logo este ultimo, se o houvesse no mercado, valeria alguma cousa mais; logo he claro que he muito melhor exportar hoje para a Europa assucar bruto do que assucar branco”<sup>4</sup>. A produção por escravo, no bruto, seria três vezes maior que no caso do branco.

As engenhocas paulistas eram instituições de fronteira agrária, e não era comum que grandes engenhos reunissem as canas de lavradores incapacitados de beneficiá-las. Um recenseamento de Limeira do final da década de 1840 reflete isso, por indicar senhores de engenho migrantes, em sua quase totalidade<sup>5</sup>. Essa busca de fronteiras para a cana relacionava-se ao rendimento de seu cultivo. De São Paulo, Oliveira escreveu em 1810 que em Itu, Campinas e Jundiá “uma dada porção de canas de igual peso produz o dobro do açúcar, que se pode fabricar nos engenhos desta Capital” (OLIVEIRA, 1978 [1810], p.53)

O Vale do Paraíba paulista era área de ocupação relativamente antiga; antes estivera ligada ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, especialmente durante o auge minerador da primeira metade do século XVIII, além de ter abrigado alguma produção canavieira (ALVES, 2001). No início do século XIX, começaram a aparecer na região áreas de forte concentração cafeeira, com auge em meados do século. No que toca ao Oeste, os processos mais tradicionais de ocupação

havia sido mais tênues, embora regulares, à exceção de um centro regional de produção de açúcar representado por Itu. Pela altura do intervalo estudado, processos migratórios para os quais Itu e Jundiaí jogaram um papel essencial haviam difundido a lavoura canavieira. Durante o segundo quarto do século XIX, o crescimento econômico e demográfico da região foi decisivo, embora nem todas as paróquias analisadas tenham se limitado à produção canavieira. Vilas como Constituição chegaram aos meados do século produzindo café em quantidades significativas, ainda que persistisse a preponderância da cana. Outras, desmembradas de Constituição, como Rio Claro e Limeira, começaram a terceira década do século vivenciando forte crescimento açucareiro, mas, pela altura da quarta e da quinta décadas do XIX, transitavam com força para a produção de café (DEAN, 1977; WITTER, 1996, p.133). Constituição (Piracicaba) só passou a ter mais cafeeiros um pouco mais tarde (MOTTA, 2010, p.33-34)<sup>6</sup>.

No Vale, a população escrava de Lorena pouco mudou entre 1836 e 1872 (3834 e 4176 cativos, respectivamente)<sup>7</sup>. No entanto, a população livre, ali e nos municípios desmembrados, multiplicou-se por quatro, tendo havido, portanto, diversificação de atividades. A situação diferiu muito em Bananal, a principal área produtora de café da província em meados do século. A população escrava mais que dobrou entre 1836 e 1872 (de 3470 para 8281 cativos). A participação desses cativos na população aumentou, mantendo-se como uma das mais elevadas de São Paulo, mostrando a permanência da ligação local com a agroexportação. Como a cafeicultura do Vale decaiu por esgotamento de solos, a permanência bananalense, inversamente, deve ter resultado do grande tamanho das propriedades locais, garantindo provavelmente reservas de mata virgem (vide o apêndice 1). Antes de Bananal, e até os anos 1830, Areias fora o principal município cafeicultor do Vale e de São Paulo. Entre 1836 e 1872 (considerando-se São José dos Barreiros e Queluz, municípios desmembrados de Areias,) a população escrava cresceu, embora não tenha dobrado (de 3846 para 6640). O número de pessoas livres, diversamente, multiplicou-se por mais que dois (a parcela escrava na população decresceu de dois quintos para cerca de um terço). Areias não mostrou a mesma persistência cafeeira de Bananal.



O desempenho das populações escravas do Oeste diferiu. O essencial em Capivari era a produção canavieira, embora fosse usual escrever-se que algum café era plantado no interior de fazendas de cana (MÜLLER, 1978 [1837]; MARQUES, 1980; MELO, 2009, p.63). A associação com o café talvez ajude a entender porque a população escrava quase dobrou entre 1836 e 1872 (de 1740 para 3189). Mas a população livre cresceu bem mais, quase triplicando, de modo que a agroexportação já não concentrava tanto dos esforços locais. Com isso, os escravos, que tinham sido mais de metade da população em 1836, passaram a ser um terço dela em 1872. À frente serão utilizadas informações a respeito de Rio Claro e Limeira. Como pertenciam a Constituição em 1836, O trajeto 1836-1872 a ser contado é o desta última, incluindo, para 1872, o dos municípios dela desmembrados (quatro outros além de Rio Claro e Limeira). Houve fortíssima expansão, com intensos movimentos de pessoas livres e pobres, mas também de proprietários de outras regiões, levando seus escravos. Assim, a população escrava quintuplicou entre as duas datas (de 3483 para 17707). A diversificação econômica na região, possibilitada pelo enorme tamanho do município original, explica porque a população livre em 1872 era cerca de oito vezes maior que a de 1836. Motta chama a atenção para uma entrada avassaladora do café em Constituição após 1850 (MOTTA, 2010).

O açúcar no Oeste Paulista avançou até o início dos anos 1840, quando manifestaram seus efeitos a concorrência cubana e a formação acelerada de grandes áreas produtoras no interior de países importadores (a Louisiana). Segundo Luna e Klein, havia mais de oito mil escravos no Vale do Paraíba de 1804, momento em que se davam os primeiros passos na cafeicultura, apesar da longa história de ocupação da região. No Oeste Paulista dessa época, já canavieiro mas ainda repleto de áreas novas em processo de ocupação, havia cerca de 3500. Em 1829, já havia mais de 18500 escravos no Vale; no Oeste, a população cativa crescera ainda mais rapidamente, alcançando 14500. Os contingentes eram menores no Oeste, mas cresciam com velocidade bem maior (LUNA; KLEIN, 2005, p.195).

Durante os anos 1820 e 1830, o açúcar que saía de Santos era crescentemente exportado. Ocorria durante o período uma redução da ênfase no açúcar branco nos países possuidores de refinarias, ajudando a explicar esse avanço exportador, para o

qual também contava a circunstância de ser essa área, a dos açúcares inferiores, aquela em que o Caribe Francês e Inglês poderia ser substituído com sucesso (PETRONE, 1968; MORENO FRAGINALS, 1989, II/III). Entre 1807 e 1833, também tiveram peso para os donos de engenhocas paulistas as tradicionais proteções a senhores de engenho contra execuções. Podia tratar-se de impedimentos à desintegração de unidades, de limitação das execuções apenas a rendimentos, sem atingir benfeitorias, ou da proteção dos proprietários frente a negociantes. Mutável e contraditória, essa legislação certamente era utilizada em querelas judiciais e nas percepções incidentes nas transações efetivas; certamente era percebida como um conjunto de salvaguardas de senhores de engenho contra execuções. Isso, elaborado quanto ao Nordeste açucareiro durante os séculos XVII e XVIII (SCHWARTZ, 1988, p.179; FERLINI, 1988, p.193-197), foi estendido ao Rio de Janeiro e, entre 1807 e 1809, a São Paulo. A ela seguiu-se, em 1833, a possibilidade plena de execução dos senhores, afetando mesmo as benfeitorias. Mas mantiveram-se restrições *no tocante aos engenhos*: as pessoas que os possuíssem poderiam ser executadas em suas benfeitorias, mas os engenhos e minas não poderiam ser fragmentados no processo; tratava-se do “privilégio da integridade” (PETRONE, 1968, p.134-136; OLIVEIRA, 1887, p.22).

Essas salvaguardas reduziam riscos, mas podem ter espantado prestamistas. É difícil dizer o que resultava disso. De um lado, muita gente procurou essa proteção: em Piracicaba, em 1828, os fogos que produziram algum açúcar tinham posse mediana de escravos de 25 cativos e posse média de 27,9. Esses números não são pequenos, mas incluem unidades que não possuíam mais que 2 ou 4 escravos (um e dois casos, respectivamente)<sup>8</sup>. Isso indica uma difusão social da *denominação* “engenho”, o que podia significar ser atraente para lidar com credores dizer-se possuidor de um deles. A *designação* era essencial. Assim é que Limeira, em meados dos anos 1840, já transitara francamente para a produção cafeeira. No entanto, nenhum dos 123 possuidores de seus 1597 escravos declarou-se cafeeiro. Ao contrário, os 24 maiores, donos de 59% dos escravos locais, diziam-se “engenheiros”, ou então feitores e administradores<sup>9</sup>.

Por outro lado, a mera instauração do privilégio da integridade, apesar de ter mantido prerrogativas de devedores frente a credores, pode ter sido vista como benéfica para prestamistas, pois afetou as taxas de juros; as taxas começaram a cair durante a

segunda metade dos anos 1830 (EISENBERG, 1977, p.90; MARCONDES, 1998, p.230). A legislação dos anos 1880 ainda fazia referência ao privilégio da integridade, mas desde 1864 isso não se aplicava a hipotecas (OLIVEIRA, 1887, p.22), o que pode ter baixado ainda mais os juros. Essas reviravoltas atestam à sua maneira a importância das salvaguardas frente a credores, vigentes entre 1807 e 1833, para a expansão da cana paulista durante o primeiro terço do século XIX. Mas a atividade sofreria um baque muito forte por volta de 1840. Aliás, não foi só o açúcar paulista que o sofreu.

A ascensão açucareira cubana produziu dificuldades ao redor de 1840, especialmente porque ocorreu em meio a uma longa recessão na Inglaterra e a flutuações muito bruscas das atividades nos Estados Unidos (CROUZET, 1978, p.144; FOGEL, 1989, p.344); estimativas recentes apontam indícios de queda no consumo de açúcar durante o segundo quarto do século XIX (HERSH; VOTH, 2009, p.15). Na América do Norte, ao pânico de 1837 seguiu-se a severa depressão de 1840-1843<sup>10</sup>. Além disso, ao final desse período estava em seu auge aquela que seria, por volta de 1860, a segunda maior região produtora do mundo, atrás apenas de Cuba: a Louisiana. Sua ascensão, embora voltada para o abastecimento interno, acabou afetando o mercado internacional do açúcar (TADMAN, 2000; EISENBERG, 1977, p.54; MELO, 2009, p.169). Isso se expressou nas exportações brasileiras, inclusive nas baianas, com efeitos também no ritmo da instalação de novos engenhos (BARICKMAN, 2003, p.73). Refletiu-se em indicadores sobre a produção mundial do produto (MOURA FILHO, 2004). Teve efeitos na própria Cuba, onde os preços decresceram, com a diferença de que, ali, a crise foi mais aparente que efetiva, e a recuperação, rápida (SALVUCCI; SALVUCCI, 2000, p.204-205).

A cafeicultura cresceu com maior continuidade, inclusive em meio às dificuldades da primeira metade do século XIX (MARCONDES, 2009, p.11; MOTTA, 2010). Nos anos 1840, a produção brasileira “fechou” áreas produtoras de porte e conduziu, em Cuba ou na Venezuela, o café a refugiar-se em uma produção familiar, serra acima (LOMBARDI, 1971; ZEQUEIRA SÁNCHEZ; VALDIVIA FERNÁNDEZ, 1993).

### Sobre as aquisições de africanos

O problema central aqui é investigar os padrões embutidos nas aquisições de africanos. Os dados dos batismos constam da tabela 1. Nela se vê que, proporcionalmente, o Oeste canavieiro precisava comprar mais africanos que o Vale cafeeiro. A participação dos africanos adultos entre os batizados era sistematicamente maior no Oeste que no Vale, com exceção dos lugares (Rio Claro e Limeira) que transitaram precocemente de um produto para o outro, o que confirma a imagem geral resultante dos dados (estes, após transitarem, também passaram a comprar menos). Ressalte-se que as informações da tabela 1 só permitem entrever esses movimentos, dadas as limitações das fontes disponíveis. O que interessa é a congruência das informações cafeeiras e canavieiras, mesmo que as diferenças sejam pequenas.

**Tabela 1: Batizados de escravos adultos em localidades e períodos selecionados do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista (1821-1853)**

		Média anual africanos	% dos ba- tismos de escravos		Razão de sexo		Idade média
<b>Vale do Paraíba</b>							
Areias	1821-30	29	30,7	1818-30	344		
Bananal	1821-30	17	31,8	1816-30	352		
<b>Oeste</b>							
Capivari	1821-30	25	53,7	1821-30	470		
<b>Vale do Paraíba</b>							
Areias	1831-37	8	10,0	1831-37	136		
Bananal				1830-52	192		
Silveiras	1833-37	8	19,7	1833-50	152		
<b>Oeste</b>							
Capivari	1831-37	10	13,8	1831-39	296		
Rio Claro	1831-35	19	44,1	1831-40	200	1831- 53	19,2
Limeira	1831-37	11	28,0	1831-40	219	1831- 53	18,2
<b>Vale do Paraíba</b>							
Queluz	1845-47	10	15,9	1845-47	158	1845- 47	15,5
<b>Oeste</b>							
Capivari	1840-54	39	28,9	1841-54	442	1840- 43 1845	20,5 18,5

					1847	17,5
					1848	20,5
Rio Claro	1845-53	7	13,0	1841-53	124	
Limeira	1845-53	4	6,6	1841-53	278	

Total de batismos escravos considerados: 12261. Africanos batizados: 2199. A informação sobre diversos dos anos da amostra foi eliminada por ser muito incompleta. Para eliminaresse anos, estimaram-se as chegadas de africanos em cada paróquia levando em consideração o seguinte: número de africanos na população escrava em anos selecionados<sup>11</sup>, estimativas sobre tráfico para o Brasil<sup>12</sup> e taxas de mortalidade por idade de africanos nos Estados Unidos de acordo com o tempo de residência no país<sup>13</sup>. O sub-registro quase sempre é grave (as exceções são Rio Claro em 1831-1835 e Capivari nos anos 1840), embora o procedimento não permita controlar as migrações de africanos juntamente com seus senhores. Ainda assim, esses dados são insubstituíveis, pelas razões comunicadas no corpo do texto. As informações sobre propriedade de africanos magistralmente reunidas no trabalho de Luna e Klein (2005) podem ser complementadas com informação sobre momentos mais próximos ao das aquisições dos africanos.

**Fontes:** Cúria Diocesana de Lorena: *Areias: livros 1818-1828, 1828-1837, 1828-1835 e 1839-1845 - Bananal: livros 1816-1831, 1837-1853 e 1825-1835 - Queluz: livro 1845-1871 - Silveiras: livro 1833-1855.* Cúria Diocesana de Limeira. *Limeira: livros 1832-junho – anno 1832-dezembro, anno 1832-dezembro – anno 1842-outubro, anno 1842-novembro – anno 1851-dezembro e anno 1851-dezembro – anno 1856-maio.* Cúria Diocesana de Piracicaba: *Capivari: livros 1 e 2 - Rio Claro: livros ago/1830 a fev/1837, fev/1837 – dez/1854 e fev/1844 – abr/1857.*

O Oeste, por outro lado, exigia mais quanto ao sexo e à idade desses africanos. Embora jovens, os homens da cana já precisavam chegar adultos. O café (caso do Vale; casos de Limeira e Rio Claro nos anos 1840) podia prosperar com menos africanos e com a nova composição dos navios negreiros do século XIX – mais crianças, mais mulheres (ELTIS, 1987; MILLER, 2002).

Essa demanda exacerbada por homens imediatamente utilizáveis na produção canavieira não deve ser interpretada como derivada unicamente da acumulação inscrita no processo de formação da região: apenas algumas das áreas do Oeste mostraram essa voracidade toda. Ela é visível em Capivari durante todo o período analisado, mas foi bem mais fraca em Limeira e Rio Claro *ao final do período, dada a transição para a cafeicultura*<sup>14</sup>. Muito sanguíneas durante os anos 1830, essas freguesias não o foram na década seguinte. Assim, estes últimos casos confirmam a análise e mostram que a chave da questão não estava apenas na acumulação, inclusive porque a cana do Oeste era atividade mais antiga que a cafeicultura do Vale; estava na cana - Capivari permaneceu

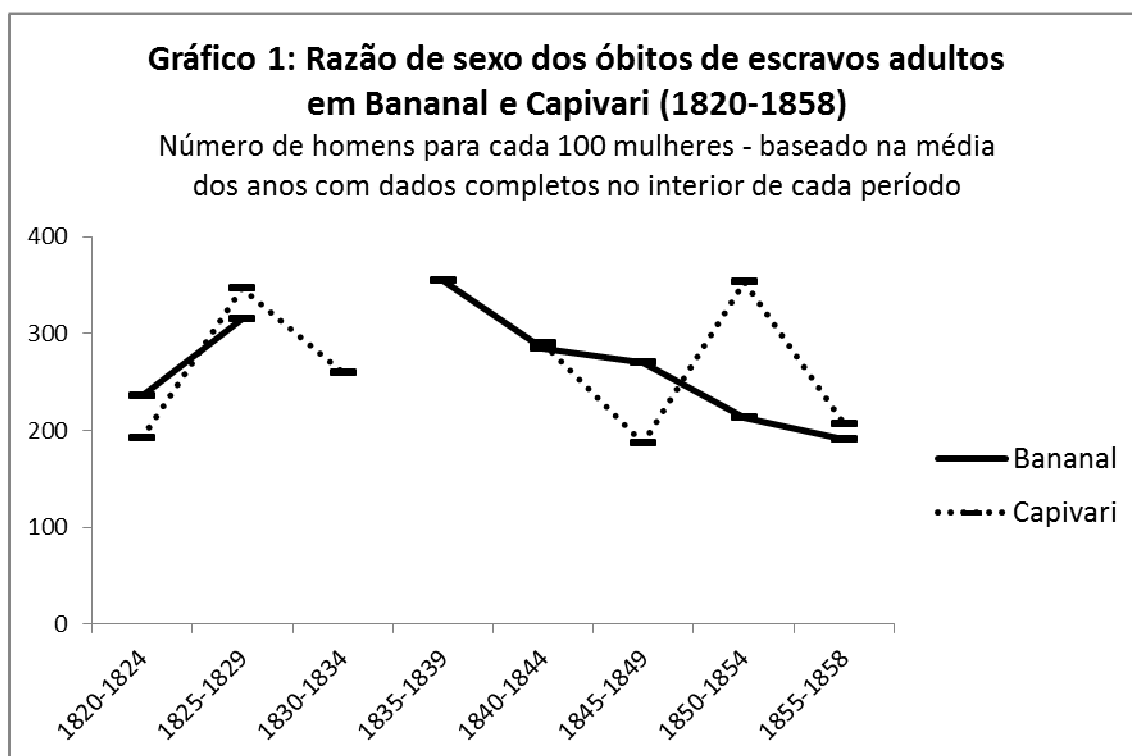
canavieira por todo o período. A voracidade por africanos de Capivari no final dos anos 1840 é visível; ademais, ela não se fundava em prosperidade: os anos 1840 foram difíceis para a cana brasileira. O que imperava era a rigidez da lavoura canavieira. Apesar de afetada pelo estrangulamento da oferta nos anos 1830, as grandes exigências da atividade quanto a número, sexo e idade dos africanos ressurgiram fortemente nos anos 1840, apesar das dificuldades.

No caso do café, o que ressalta é sua polivalência, para retomar expressão de Samper. Se seu cultivo era adaptável a diversas escalas na Mesoamérica do final do século XIX e do seguinte, no caso estudado essa mesma polivalência – preservada a grande escala – exprimiu-se mais na capacidade de adaptar-se a diversas constelações inscritas na oferta de africanos e, portanto, a diferentes tipos de escravidão. Assim, durante a década de 1820 vemo-la tendo um desempenho parecido com o açucareiro quanto a volume, sexo e idade dos escravos importados. Já durante as décadas de 1830 e 1840, suas exigências diminuíram sensivelmente, embora a atividade não estivesse enfrentando dificuldades da magnitude das açucareiras. A lavoura canavieira precisava mais que a cafeeira adaptar-se a um novo mercado de escravos, mas não podia fazê-lo. A cafeeira, embora mais florescente e crescente, e supostamente mais capaz de enfrentar os custos adicionais do mercado de africanos em crise, não precisou fazê-lo.

As participações de homens e mulheres adultos nos óbitos escravos constituem uma *proxy* da presença africana. Esses sepultamentos mostram o que se passava com os africanos adultos vivos porque o *seasoning* (cerca de um terço de cada grupo de africanos desembarcados estava morto ao cabo dos três anos seguintes<sup>15</sup>) enchia os assentos de sepultamento de adultos jovens. Além disso, não há razões para crer que o notório sub-registro dos óbitos brasileiros fosse mais grave para mulheres que para homens, ou que diferísse substancialmente na comparação entre regiões diversas (veja-se o gráfico 1, onde se mostra a evolução das razões de sexo – número de homens adultos para cada cem mulheres adultas – dos sepultamentos de escravos em Capivari e Bananal).

Na agroexportação do período, era quase impossível que o segmento adulto das escravarias equilibrasse as quantidades de homens e mulheres: quase sempre houve mais de dois homens para cada mulher. Em segundo lugar, o auge histórico do tráfico

de escravos para o Brasil, por volta de 1825, manifestou-se com força nas duas atividades, tendo a presença africana sido maior na área do açúcar<sup>16</sup>. Mas o tumulto da oferta de africanos da época da ilegalidade manifestou-se de formas diferentes nos dois lugares. Na Bananal cafeeira, a presença africana perdeu força consistentemente durante os anos 1840, embora o patamar dos 200 mortos para cada cem falecidas tenha permanecido como um horizonte até a década de 1850. A cana somava suas dificuldades de mercado ao estrangulamento da oferta de africanos, e acrescentava ao conjunto, já conturbado, a rigidez que lhe vedava abandonar as grandes taxas de africanidade e masculinidade. Os cafeicultores se adaptaram às novas condições; os produtores de açúcar nem se adaptaram a elas, nem lograram acumular como sempre haviam acumulado.



Observação: as lacunas nas curvas se devem a períodos com informação incompleta nas fontes.

Fontes: Óbitos – Bananal, livros 1 e 2, na Cúria Diocesana de Lorena; São João Batista de Capivari – óbitos, livros 1 e 2, na Cúria Diocesana de Piracicaba.

Aproximações ao grau de concentração das aquisições de africanos acrescentam ao quadro aqui descrito. Indicadores a esse respeito (tabela 2) mostram uma tendência geral a se situarem abaixo dos relativos à concentração da propriedade de escravos, o que se explica pelo fato de as grandes escravarias terem permitido a reprodução endógena, atendendo a parte da demanda por trabalho, em grau mais elevado que nos pequenos plantéis de escravos. Mas essas diferenças entre concentração da propriedade e concentração das aquisições eram muito menores nas áreas de lavoura canieira. Nelas, simultaneamente, o grau de concentração das aquisições era sempre maior que nas áreas do café. O topo da hierarquia dos possuidores de escravos não podia abrir mão de aquisições de africanos, por não apresentar condições de contar, pelo menos não tanto quanto os cafeicultores, com a reprodução endógena das escravarias. Pode-se acrescentar uma outra forma de rigidez derivada das condições da lavoura canieira: sua letalidade, complicando a reprodução endógena das escravarias e lembrando que “o açúcar consumia pessoas”, pelo menos tanto quanto pessoas comiam açúcar.

**Tabela 2: indicadores de concentração das aquisições e da propriedade de africanos em localidades e períodos selecionados do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista (1821-1854)**

	<b>Índice de Gini</b>
<b>Vale do Paraíba, batismos de africanos</b>	
Areias, 1818-1830	0,470
Areias, após 1830	0,387
Bananal, 1817-1830	0,535
Bananal, após 1830	0,374
Silveiras, 1833-1852	0,531
<b>Oeste, batismos de africanos</b>	
Capivari, 1821-1830	0,520
Capivari, 1831-1839	0,437
Capivari, 1840-1854	0,512
Limeira, 1831-1839	0,574
Limeira, 1840-1853	0,495
Rio Claro, 1831-1839	0,667
Rio Claro, 1840-1853	0,473
Constituição (propriedade, em 1828, de africanos com 15 a 25 anos)	0,500
Limeira (propriedade, em c. 1845, de africanos com 15 a 25 anos)	0,580
<b>Concentração da propriedade de escravos:</b>	
Constituição, 1828	0,604
Bananal, 1829 (MOTTA, 1999, p.142)	0,657



Oeste Paulista, 1829 (LUNA, 1998, p.42)	0,645
Vale do Paraíba, 1829 (LUNA, 1998, p.42)	0,604

**Fontes:** Para as concentrações da propriedade de escravos e de africanos com idades de 15 a 25 anos de idade em Constituição, vide Maços de população – Piracicaba, 1828 e Maços de população – Piracicaba, sem data, no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Quanto à concentração dos batismos de africanos, as fontes são as mesmas da tabela 1.

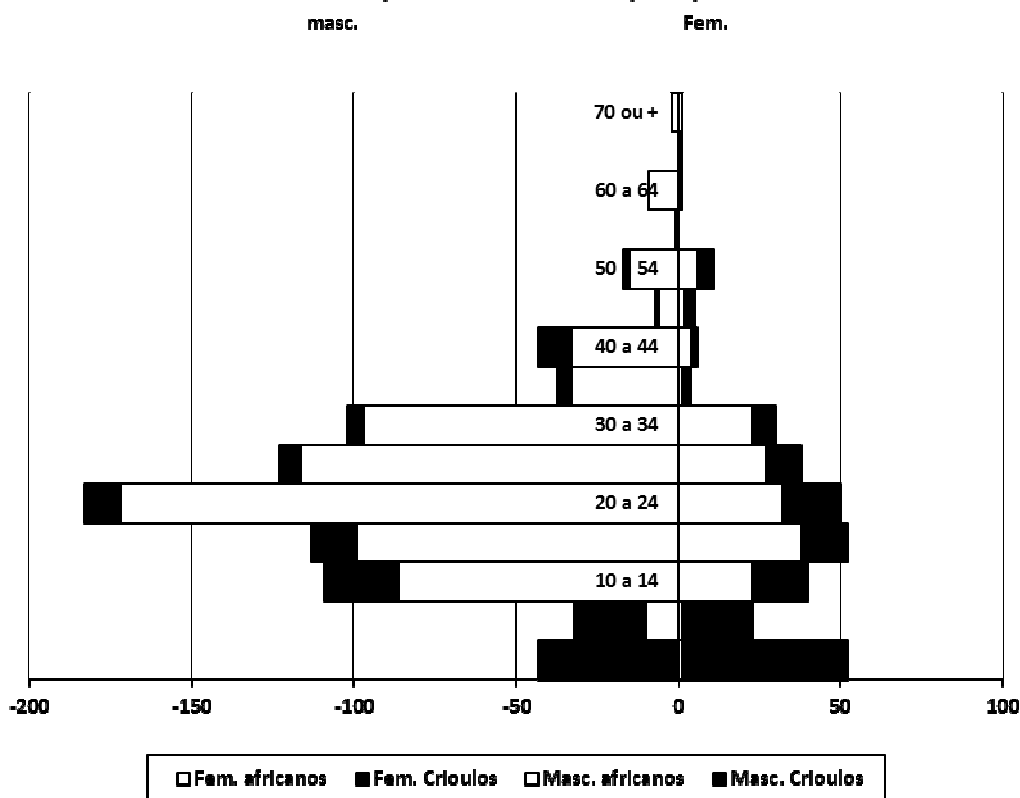
Ainda quanto à tabela 1, os casos transitivos de Limeira e Rio Claro fornecem testemunho acerca do contraste entre café e açúcar ao exibirem tais diferenças na passagem de um cultivo para o outro; foi exatamente quando, segundo Dean, se aprofundou a passagem da cana para o café que os proprietários de Rio Claro e Limeira começaram a registrar menos africanos nos batismos, tendo os de Rio Claro passado a exigir com menos afínco que os seus africanos fossem homens<sup>17</sup>.

Vale a pena observar mais uma vez o caso de Limeira. Ele nos mostrará o quanto a introdução do café em meio à crise da oferta de africanos alterou as condições da escravidão. Para tanto, levo em conta uma lista de habitantes guardada no Arquivo Público do Estado de São Paulo como “Piracicaba, sem data”, mas que foi possível identificar como recenseamento feito em Limeira em meados ou no final da década de 1840 (devem ser lembradas as precauções quanto ao uso de listas de habitantes posteriores a 1830). Trata-se, portanto, de uma listagem referente a período já cafeeiro, de acordo com a periodização proposta por Warren Dean. Pode-se lembrar, inclusive, que as colônias de parceria de Nicolau de Campos Vergueiro e de outros proprietários se desenrolavam exatamente em Limeira. Confronto a estrutura etário-sexual da população escrava local com a relativa a Piracicaba em 1828, área fortemente canavieira na década da Independência; isso se dava inclusive em Limeira, que fazia parte daquela vila (note-se ter sido conjectural demais tentar identificar, dentro da lista de Constituição, aquilo que se referia à área que viria a tornar-se Limeira). Trata-se, portanto, de confrontar as escravarias do local a que Limeira pertencia durante a fase canavieira (Piracicaba) com aquelas da Limeira do café (gráficos 2 e 3)<sup>18</sup>.

São visíveis as diferenças (gráficos 2 e 3). A escravidão na região mudou muito entre 1828 e meados da década de 1840. Apesar de a proporção de africanos ter permanecido alta, os cativos de Limeira que haviam nascido no Velho Mundo tinham

envelhecido um pouco; as diferenças entre os números de homens e mulheres se reduziram; a presença de escravos nascidos no Brasil se alargou enormemente; por fim, havia, comparativamente, uma bonita floração de crianças; não eram muitas, mas seu número havia sido irrelevante em 1828. A presença africana, ressaltada na cor das barras, explicara a maior parte da distribuição da população escrava de Piracicaba por grupos de sexo e idade em 1828. A capacidade dessa presença para explicar a conformação dos segmentos mais jovens da população de Limeira já cafeeira tinha se tornado bem pequena em meados dos anos 1840.

**Gráfico 2: Estrutura etário-sexual dos escravos das duas primeiras companhias de Piracicaba (1828)**

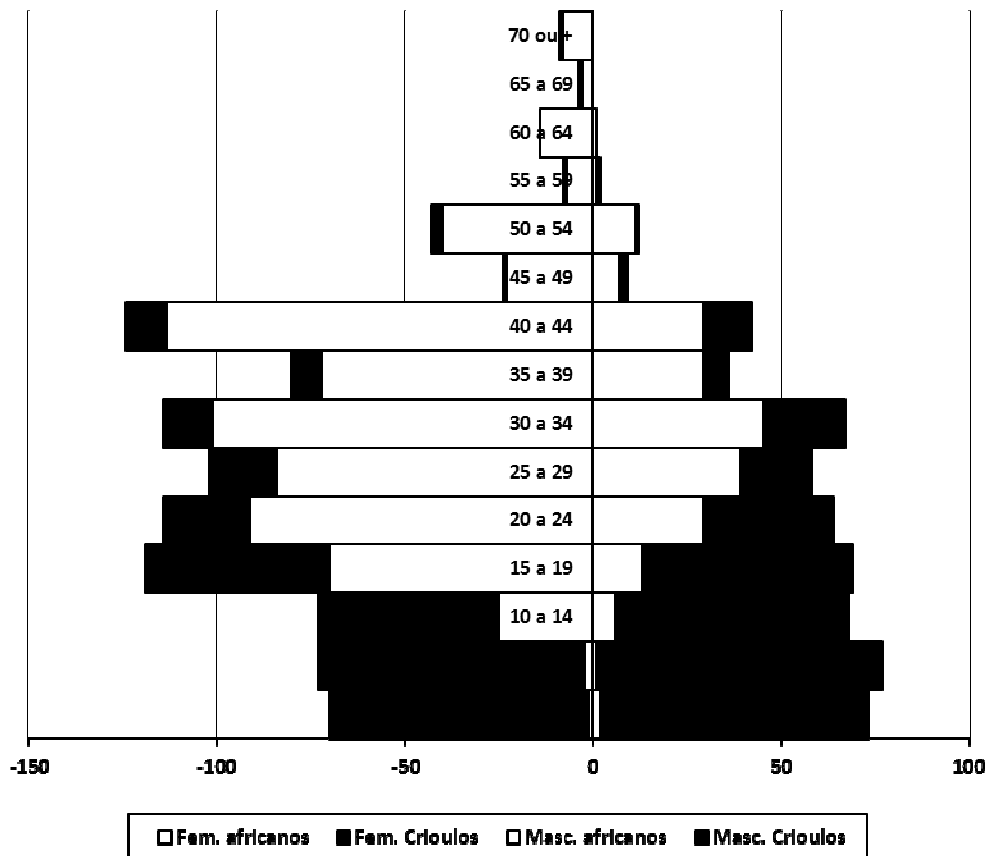


Fonte: *Maços de população - Piracicaba, 1828* em AESP.

As informações a respeito de Limeira e Rio Claro na tabela 2, juntamente com as relativas a Silveiras, no Vale do Paraíba cafeeiro, testemunham um outro fenômeno: áreas de fronteira em processo de acumulação acelerada, para além da natureza do produto, apresentavam graus extremamente elevados de concentração das aquisições de

africanos. Isso demonstra, e com vigor, a grande capacidade de investimento de elites na abertura de frentes de expansão, mas também uma proverbial capacidade de misturar crescimento econômico e hierarquização social nessa fronteira muito pouco turneriana<sup>19</sup>.

**Gráfico 3: Estrutura etário-sexual dos escravos de Limeira (c. 1845)**  
 masc. Fem.



Fonte: *Maços de população – Piracicaba, sem data*, em AESP.

A demanda do açúcar por escravos era muito forte. Efetivamente, manifestava-se em ponto pequeno em São Paulo a definição de Fogel e Engerman do tráfico de escravos como atividade voltada para a cana, mais que para a agroexportação de uma maneira geral – os autores lembram que cerca de dois terços dos escravos importados para as Américas foram direcionados para áreas açucareiras<sup>20</sup>. Voltando à tabela 2, o fato de a concentração das aquisições de africanos ter sido maior no Oeste é consistente com a percepção de que a aquisição de africanos por senhores de engenhocas era a aquisição típica. O fato de a concentração ter decrescido em Limeira e Rio Claro a partir

do momento em que transitaram para o café também indica isso. A persistência concentradora de Capivari nas aquisições de africanos não deixa dúvidas (tabela 2).

Chega a ser possível notar compromisso dos escravos e senhores na área do açúcar com a reprodução endógena das escravarias, mas isso não foi suficiente para reduzir a necessidade de adquirir africanos. Se calcularmos a razão criança/mulher (respectivamente, 0 a 4 e 15 a 49 anos de idade) para a vila de Constituição<sup>21</sup> (Oeste) de 1828, obteremos o expressivo valor de 401. Já em Bananal (Vale), no ano de 1829, a mesma razão era muitíssimo menor, tendo ficado em 352 (MOTTA, 1999, p.353). A fecundidade das escravas piracicabanas parece ter sido maior, mas ainda assim o comprometimento com a reprodução não foi suficiente para garantir a expansão das escravarias. O severo regime de mortalidade na cana explica isso (LIMA, 2011). Assim, a participação africana entre os escravos do Oeste Paulista passou de cerca de um terço em 1804 para dois terços, em 1829 (LUNA; KLEIN, 2005, p.185). Aquele compromisso com a reprodução endógena pode ter resultado do tamanho das escravarias, tradicionalmente maiores na lavoura canavieira que na cafeeira, inclusive em São Paulo (LUNA, 1995). Mas não veio só dele. As taxas de ilegitimidade eram maiores no café que no açúcar, de modo que as mães escravas da cana tinham mais filhos (a legitimação das uniões favorecia a fecundidade das escravas<sup>22</sup>). Nada adiantava. Não se podia abrir mão de africanos na área canavieira.

## **Conclusões**

Apesar do grande volume de escravos traficados, especialmente no final dos anos 1840, as dificuldades de ordem política para a realização do comércio de africanos para o Brasil realmente parecem ter surtido efeitos (LEVEEN, 1975; FLORENTINO, 1997). Multiplicaram-se os conflitos e os riscos derivados de sua presença e seus preços começaram a oscilar mais que o habitual (VERSIANI; NOGUEROL, 2011).

Também foi defendida aqui a operacionalidade de tratar o período do tráfico ilegal como dividido em duas seções, do ponto de vista da demanda exercida pelas diversas atividades. Os anos 1830 continuaram a tendência que já se verificava na década anterior no sentido de que o demandante essencial dos africanos desembarcados era o açúcar. Na década seguinte, a cana passou a exercer uma demanda tumultuada,

dada a crise do produto; acima de tudo, muita gente em São Paulo deixou de produzir açúcar. Enquanto isso, a lavoura cafeeira estabeleceu uma relação diferente com a oferta de africanos; precisava de menos deles, e conseguia adaptar-se à oferta mais marcante que anteriormente de mulheres e crianças. Assim, talvez se possa entender alguma coisa de um fenômeno conhecido faz tempo, mas ainda obscuro: durante os anos 1840, após uma retomada do tráfico para o Brasil que produziu, em alguns anos específicos, os maiores desembarques anuais de toda a história brasileira, com preços galopantes, esses mesmos preços caíram nitidamente durante os últimos anos da década (COSTA, 1982; STEIN, 1961; VERSIANI; NOGUEROL, 2011, p.771). A atividade então decisiva no Brasil – a produção cafeeira – demandava africanos com menos urgência; a atividade que demandava de modo mais desesperado esses mesmos africanos – a cana – sofria amargas flutuações e se contraía em muitos lugares. É verdade que essa curta queda de preços pode ter tido raízes monetárias<sup>23</sup>. Mas os estados da cana e do café certamente ajudam a compreender esse fenômeno importante, embora de curta duração.

A rigidez da cana impediu que se lidasse com uma situação difícil do mercado do produto, conjugada a uma conjuntura também difícil da oferta de seus fatores produtivos (escravos). As aquisições de africanos pelos proprietários de Capivari devem ser interpretadas mais como manifestação dessa rigidez que como sinal de vitalidade. A explicação para essa rigidez deve ser buscada na escala requerida pela produção, assim como na letalidade do processo de trabalho e do microambiente formado ao redor dos engenhos (LIMA, 2011).

A natureza da lavoura cafeeira, por outro lado, criou maior flexibilidade para enfrentar os constrangimentos da oferta de africanos. Além de o café matar escravos mais devagar que o açúcar, essa flexibilidade teve parentescos evidentes com a “polivalência social” do produto. Tratava-se de fenômenos análogos, pois a ausência de economias de escala expressivas tinha causas semelhantes às da prevalência de processos de trabalho menos coordenados e com sazonalidade mais pronunciada, permitindo atividades autônomas dos escravos (TROUILLOT, 1993).

As informações disponíveis sobre tamanho das propriedades e a respeito do desempenho no médio prazo das localidades cafeeiras de São Paulo, no entanto, indicam que as características assumidas pela lavoura no período não suportaram o

esgotamento das reservas de floresta virgem. Bananal seria a exceção a confirmar a regra<sup>24</sup>: aparentemente, só se conseguiu ali um desempenho cafeeiro favorável até o início dos anos 1870 em virtude das enormes propriedades locais, como uma especificidade até mesmo dentro do quadro mais amplo do Vale do Paraíba. O recurso faltante no café seria outro.

Enfatizar as diferentes relações estabelecidas pelas atividades com a presença mais intensa de mulheres e crianças entre as pessoas traficadas tem outro tipo de importância. A identificação de uma “zona atlântica” angolana, com auge no século XIX (MILLER, 1983), foi interpretada como indicador de algo que foi capaz de modificar a relação das sociedades de origem dos cativos com a política e a cultura dos escravos do Sudeste (SLENES, 1991-1992). Ter-se-ia tratado da constituição de “ilhas crioulas” (FERREIRA, 2006) em Angola, de processos, já em África, de “amalgamação”, de formação de “sociedades crioulas” a partir de redes comerciais (CÂNDIDO, 2006, p.6, 264). Em alguns casos, a instituição desse ambiente foi interpretada como o fenômeno subjacente à mudança na composição dos grupos embarcados nos navios negreiros. Isso teria ocorrido mesmo em áreas como Benguela, apesar da proximidade entre o porto de embarque e a “fronteira de escravização”, próxima a Caconda (CÂNDIDO, 2006, p.31). Seria interessante explorar a possibilidade de que as diferentes reações à nova composição do tráfico de escravos nas diversas localidades brasileiras, conforme as atividades predominantes nelas, tenham implicado relacionamentos diversos com a “zona atlântica”.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, Maurício Martins. **Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848**. Tese (Doutorado em História Social), UFRJ, 2001.

**O Auxiliador da Indústria Nacional, ou coleção de memorias e noticias interessantes, aos fazendeiros, fabricantes, artistas, e classes industriosas do Brazil, tanto originais, como traduzidas das melhores obras, que neste genero se publicação, nos Estados Unidos, França, Inglaterra &c.** Rio de Janeiro: Seignot-Plancher, 1833, n. 3.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BECKLES, Hilary McD.; DOWNES, Andrew. The Economics of transition to the Black labor system in Barbados, 1630-1680. **Journal of Interdisciplinary History**. Boston, v.XVIII, n. 2, p.225-247, 1987.

BERGAD, Laird W.; IGLESIAS GARCÍA, Fe; BARCIA, María del Carmen. **The Cuban slave market, 1790-1880**. Cambridge: Cambridge U. P., 1995.

BORAH, Woodrow; COOK, Sherburne F. La despoblación del México central en el siglo XVI. *In*: MALVIDO, Elsa; CUENYA, Miguel Ángel (comp.). **Demografía Histórica de México**. México: Instituto Mora/ Universidad Autónoma Metropolitana, 1993, p.29-39.

CANABRAVA, Alice Piffer. Terras e escravos. *In*: \_\_\_\_\_. **História Econômica: estudos e pesquisas**. São Paulo: Hucitec/ Ed. da UNESP/ ABPHE, 2005, p.203-225.

CÂNDIDO, Mariana Pinho. **Enslaving frontiers: slavery, trade and identity in Benguela, 1780-1850**. Tese (Doctor of Philosophy), Graduate Program in History, York University, Toronto, 2006.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (ed.). **The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989**. Cambridge: Cambridge U. P., 2003.

COSTA, Emilia Viottida. **Da senzala à colônia**. 2ª ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1982.

COSTA, Wilma Peres. O imposto sobre o comércio de escravos e a 'legalização' do tráfico no Brasil (1831-1850). **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 67, p.57-74, 2003.

CROUZET, F. **L'Économie de la Grande-Bretagne Victorienne**. Paris: S.E.D.E.S., 1978.

DEAN, Warren. **Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**Documentos com que o Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, presidente da província de São Paulo, instruiu o Relatório da Abertura da**

**Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855.** São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1855.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.

ELTIS, David. **Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade.**Oxford: Oxford U. P., 1987.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** Brasília DF: CNPq; São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Roquinaldo. ‘Ilhas crioulas’: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de História.** São Paulo, n. 155, p.17-41, 2006.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Robertode. **A paz nas senzalas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FOGEL, Robert William. **Without consent or contract. The rise and fall of American Slavery.** New York/ London: W. W. Norton & Company, 1989.

FOGEL, Robert William; ENGERMAN, Stanley L. **Time on the cross: evidence and methods – a supplement.** Boston: Little, Brown and Company, 1974.

GEGGUS, David P. Sugar and coffee cultivation in Saint Domingue and the shaping of the slave labor force. *In:* BERLIN, Ira; MORGAN, Philip D. (ed.). **Cultivation and culture. Labor and the shaping of slave life in the Americas.** Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

HERSH, Jonathan; VOTH, Hans-Joachim. **Sweet diversity: colonial goods and the rise of European living standards after 1492,** Economics working papers from the Department of Economics and Business, Universitat Pompeu Fabra, 2009.

HIGMAN, B. W. The sugar revolution. **Economic History Review.** Oxford, v. LIII, n. 2, p.213-236, 2000.

LEVEEN, E. Phillip. A quantitative analysis of the impact of British suppression policies on the volume of the nineteenth century Atlantic slave trade. *In:* ENGERMAN, S.; GENOVESE, E. (ed.). **Race and Slavery in the Western Hemisphere.** Princeton: Princeton U. P., 1975, p.107-128.



LIMA, Carlos A. M. Fatores incidentes na morbidade escrava na província de São Paulo, Brasil (1800-1850). **Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA – Instituto Ravignani – Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires: Mnemosyne, 2011, p.619-634.

LOMBARDI, John V. **The decline and abolition of negro slavery in Venezuela, 1820-1854**. Westport: Greenwood, 1971.

LUNA, Francisco Vidal. **Areias: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836)**. São Paulo: FEA/USP, 1995 (Cadernos N.E.H.D., n. 2).

LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 28, n. 1, p.99-169, 1998.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. **A arte de acumular na economia cafeeira**. Lorena: Stiliano, 1998.

MARCONDES, Renato Leite. **Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870**. São Paulo: FUNPEC, 2009.

MARCONDES, Renato Leite. Small and medium slaveholdings in the coffee economy of the Vale do Paraíba, province of São Paulo. **The Hispanic American Historical Review**. Durham, v. 85, n. 2, p.259-281, 2005.

MARQUES, M. E. de Azevedo. **Província de São Paulo**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 2 v.

McCUSKER, John J.; MENARD, Russell R. The sugar industry in the seventeenth century: a new perspective on the Barbadian ‘sugar revolution’. *In*: SCHWARTZ, Stuart B. (ed.). **Tropical Babylons. Sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2004, p.289-330.

MELO, José Evandro Vieira de. **O açúcar no café. Agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)**. Tese (Doutorado em História Econômica), Programa de Pós-graduação em História Econômica/USP, 2009.

- MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa da longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, p.151-179, 1983.
- MILLER, Joseph C. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic Zone. *In*: BIRMINGHAM, David e MARTIN, Phyllis (ed.). **History of Central Africa**. Essex: Longman, 1983, v. 1, p.118-159.
- MILLER, Joseph C. Central Africa during the Era of the Slave trade, c. 1490s-c. 1850s. *In*: HEYWOOD, Linda M. (ed.). **Central Africans and cultural transformations in the American diaspora**. Cambridge: Cambridge U. P., 2002, p.21-69.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. **O Engenho**. Brasília DF: CNPq; São Paulo:Unesp/Hucitec, 1989. v. II/III.
- MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.
- MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887)**. Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Economia da FEA/USP, 2010.
- MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. Cafeicultura e acumulação. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 24, n. 2, p.253-320, 1994.
- MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. Os produtores eventuais de café: nota sobre os primórdios da cafeicultura paulista (Bananal, 1799-1829). **Locus. Revista de História**. Juiz de Fora, v. 5, n. 1, p.51-84, 1999.
- MOURA FILHO, Heitor Pintode. Cento e vinte anos de produção mundial de açúcar: comentário sobre séries estatísticas tradicionais (1820-1940). **História Econômica e História de Empresas**. São Paulo, v. VII, n. 1, p.137-164, 2004.
- MÜLLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1ª ed., 1837).
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A formação da fazenda de café em Valença: um estudo de processos jurídicos contra pequenos proprietários. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe; FRAGOSO, João (org.). **Escritos sobre História e**

**Educação. Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares.** Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001, p.389-400.

OLIVEIRA, A. de Almeida, conselheiro, **A lei das execuções ou consolidação e concordância das disposições, que, segundo a Lei n. 3272 de 5 de outubro de 1885 e o Regulamento n. 9549 de 23 de Janeiro de 1886, regem as acções hypothecaria e de penhor agrícola e as execuções commerciaes e civis em geral.** Rio de Janeiro: Garnier, 1887.

OLIVEIRA, Antonio Rodrigues Veloso de. **Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo.** 2ª ed. São Paulo: Governo do Estado, 1978 (1ª ed., 1810).

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. **História monetária do Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851).** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

PEZUELA, Jacobo de la. **Diccionario geográfico, estadístico, histórico, de la Isla de Cuba, por Don Jacobo de la Pezuela.** Madrid: Imprenta del Establecimiento de Mellado, 1863, v. II e III.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SALVUCCI, Linda Kerrigan; SALVUCCI, Richard J. Cuba and the Latin American terms of trade: old theories, new evidence. **Journal of Interdisciplinary History.** Boston, v. 31, n. 2, p.197-222, 2000.

SAMPER, Mario .Los paisajes sociales del café. Reflexiones comparadas. **C.M.H.L.B. Caravelle.** Toulouse, n. 61, p.49-60, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B., **Segredos internos.** São Paulo: Companhia das Letras; Brasília DF: CNPq, 1988.

SCHWARTZ, Stuart B. “A commonwealth within itself”. The early Brazilian sugar industry, 1550-1670. In: **Revista de Indias.** Sevilha, v. LXV, n. 233, p.79-116, 2005.

SLENES, Robert W. ‘Malungo, Ngoma vem!’ África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP.** São Paulo, n. 12, p.48-67, 1991-1992.

SOUSA, Antônio Moniz de. Viagens e observações de um brasileiro [1834]. **Revista do Instituto Geografico e Historico da Bahia.** Salvador, n. 72, p.11-139, 1945.

STEIN, Stanley J., **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TADMAN, Michael. The demographic cost of sugar: debates on slave societies and natural increase in the Americas. **American Historical Review**. Bloomington, v. 105, n. 5, p.1534-1575, 2000.

TOPIK, Steven. Coffee anyone? Recent research on Latin American coffee societies. **The Hispanic American Historical Review**. Durham, v. 80, n. 2, p.225-266, 2000.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Coffee planters and coffee slaves in the Antilles: the impact of a secondary crop. In: BERLIN, Ira; MORGAN, Philip D. (ed.). **Cultivation and culture. Labor and the shaping of slave life in the Americas**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

VERSIANI, Flávio R.; NOGUEROL, Luiz Paulo F. Racionalidade econômica e propriedade escrava no Brasil. **Actas de las Segundas Jornadas de Estudios Afrolatinoamericanos del GEALA – Instituto Ravignani – Universidad de Buenos Aires**, Buenos Aires: Mnemosyne, 2011, p.763-778.

WITTER, José Sebastião. Ibicaba revisitada. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Robertodo Amaral (org.). **História Econômica da Independência e do Império**. São Paulo, ABPHE, 1996, p.131-144.

ZEQUEIRA SÁNCHEZ, Mario; VALDIVIA FERNÁNDEZ, Isabel. El papel del cultivo del café para la sociedad y la economía cubana. **C.M.H.L.B. Caravelle**. Toulouse, n. 61, p.129-136, 1993.

**Apêndice1: Estimativa do tamanho médio de engenhos e cafezais em São Paulo, a partir de dados de Alice Canabrava, de José Joaquim Machado de Oliveira e de Daniel Pedro Müller, e os engenhos cubanos (em hectares)**

<b>Local, período</b>	<b>Tamanho médio (em hectares)</b>
<b>São Paulo, aproximação ao tamanho de engenhos</b>	
Piracicaba, 1818, propriedades com escravos <sup>25</sup>	2017
Piracicaba, 1854	1720

Itu, 1818, propriedades com escravos	673
Rio Claro, 1854	2723
Campinas, 1818, propriedades com escravos	702
<b>São Paulo, aproximação ao tamanho de cafezais</b>	
Bananal, 1818, propriedades com escravos	1780
Areias, 1818, propriedades com escravos	585
Queluz, 1854	597
Taubaté, 1854	1273
Guaratinguetá, 1854	999
Itu, 1854	2067
Rio Claro, 1854	2327
Piracicaba, 1854	1513
<b>Cuba, tamanho de engenhos, c.1860</b>	
Ocidente:	
Jiquimas	593
Macagua	1043
Macuriges	671
Palmillas	651
Comisaria de la Jurisdicción de Güines	657
La Güira de Melena	456
Macagua	1043
Mangas	441
Macurijes	658
Madruga	941
Malezas	257
Lagunillas	502
Jurisdicción de Güines	332
Guamacaro	465
Esperanza	344
Iguará	810
Guara	680
Guayabal	534
Guamutas	734
Guanabo	561
Mariel	597
Guanayabo	499
Distrito de Jaruco	472
Las Jiquimas	1571
Jurisdicción de Guanajay	294
Jurisdicción de Jaruco	274
Oriente:	
Caney	228
Cobre	355
Enramada	477
Jutinicú	646
Palma-Soriano	777

Yagua	442
Guisa	40
Maraguan	549
Jatinicú	648
Jurisdicción de Holguin	1693
Cumanayagua	937

Fontes: São Paulo – CANABRAVA, 2005, p.211-212 e *Documentos*, 1855, p. 23; Cuba - PEZUELA, 1863, II, III.

## Notas

<sup>1</sup> Este trabalho contou com apoio financeiro fornecido pela Universidade Federal do Paraná (Bolsa Reuni de Assistência ao Ensino) e pela Fundação Araucária do Paraná (Bolsa de Produtividade em Pesquisa). Pôde também beneficiar-se de comentários críticos feitos por José Flávio Motta, Nelson Nozoe e Agnaldo Valentin, pelos quais o autor agradece, sem responsabilizar os professores mencionados pelo resultado.

<sup>2</sup> Schwartz enfatiza muito a natureza dos grupos dominantes que se construíram ao redor da produção açucareira (SCHWARTZ, 2004). Higman acentua mais as características das unidades produtivas e as injunções técnicas (HIGMAN, 2000), enquanto Tadman privilegia a dinâmica da população escrava (TADMAN, 2000).

<sup>3</sup> Em relação à província de São Paulo na primeira metade do século XIX, caso se acompanhe o contemporâneo Daniel Pedro Müller, ver-se-á que mesmo em vilas tão voltadas para a produção canavieira quanto Capivari e Constituição/Piracicaba ainda assim se lograva uma produção de alimentos capaz de manter viva a população local (pensa-se em 900g de grãos por pessoa ao dia, conforme sugestão de BORAH; COOK, 1993, p.33). Vide MÜLLER, 1978 [1837], p.127.

<sup>4</sup> *Auxiliador*, 1833, n. 3, p. 9.

<sup>5</sup> Maços de população, Piracicaba, sem data, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

<sup>6</sup> É essencial observar as estimativas sobre a presença de engenhos e fazendas de café em cada localidade, assim como a presença escrava em cada tipo de atividade, a partir dos *Documentos* (1855, p. 23) apresentados pelo presidente da província de São Paulo, o conselheiro José Antonio Saraiva.

<sup>7</sup> Neste trabalho a paróquia a que se faz referência é Silveiras, pertencente a Lorena em 1836; mas é impossível saber sua população do primeiro dos anos considerados. Assim, considerou-se Lorena e, no caso de 1872, adicionaram-se aos dados desta última as informações relativas às municipalidades desmembradas dela entre uma data e outra, ou seja, Cruzeiro e Silveiras. Neste e no próximo parágrafo, são usadas informações retiradas de MÜLLER, 1978 [1837] e do Recenseamento Geral do Império Brasileiro, de 1872.

<sup>8</sup> Maços de População – Piracicaba, 1828, no Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>9</sup> Maços de população – Piracicaba, sem data, no Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>10</sup> A expansão norteamericana de 1843-1857 não representou um bom momento para o consumo do açúcar, pois, apesar de a imigração já crescer, nesse momento ela reduzia salários, pois as migrações para o Oeste ainda estavam travadas (FOGEL, 1989, p.354-359).

<sup>11</sup> Na maior parte dos casos o ano selecionado foi 1836, sendo a fonte nesse caso Müller, *Ensaio*, 1978 [1837], pp. 132-41. Quanto a Rio Claro, estimativa sobre africanos em 1835 de Dean, *Rio Claro*, 1977. No caso de Limeira, lista de habitantes de c. 1848; Arquivo do Estado de São Paulo como “Piracicaba – sem data”.

<sup>12</sup> ELTIS, David; RICHARDSON, David; FLORENTINO, Manolo; BEHRENDT, Steven, “Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database” [online], Emory University/ National Endowment for the Humanities, <<http://www.slavevoyages.org/>>. [Consulta: 26 de fevereiro, 2012].

<sup>13</sup> FOGEL; ENGERMAN, 1974, p.32. Os autores triplicaram a experiência de mortalidade de escravos homens adultos com idades entre os 20 e os 29 anos e dobraram a experiência de mortalidade das faixas etárias subsequentes.

<sup>14</sup> Em 1854, apontava-se para Limeira uma produção equivalente a 365 contos de réis de café e de 60 contos de açúcar. No mesmo ano, julgava-se que se produziam cerca de 240 contos de café e 53 de açúcar em Rio Claro. Vide *Documentos*, 1855 e, especialmente quanto a Rio Claro, DEAN, 1977.

<sup>15</sup> MELLO, 1983, p.171-172. Note-se que problemas na atribuição de idades aos mortos em Bananal obrigaram a que se considerassem entre os adultos pessoas que, ao morrer, deviam ter sete ou oito anos de idade. Os registros bananalenses majoritariamente classificavam os falecidos em “inocentes” e “adultos”.

<sup>16</sup> Um exemplo interessante é fornecido por um “Mappa de importação e exportação do porto de Santos no anno de 1818” (reproduzido em **Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo**. São Paulo: Typ. do Globo, 1943, v. III). Afirma-se ali que se importaram do Rio de Janeiro “626 Escravos novos a 200.000” (200 mil-réis), totalizando 125:200\$000 (p.49). Chama a atenção o preço muito alto desses escravos novos, compondo cerca do dobro do que Florentino (1997, p.220) calculou para cativos com idades entre 12 e 55 anos no meio rural fluminense entre 1815 e 1817. A diferença entre essa faixa etária alargada e a provável distribuição por idades dos “Escravos novos” certamente explica parte da diferença entre os preços indicados. Mas a discrepância é muito grande, deixando ver uma demanda muito aquecida por escravos nas praças açucareiras paulistas (o café do Vale, nesse momento, ainda não era o principal demandante). É desnecessário escrever que o valor arredondado sugerido para cada escravo trazido a Santos não deixa dúvidas quanto a tratar-se de expectativa dos administradores no porto, e não de valores efetivamente intercambiados no mercado. Mas isso torna a coisa toda ainda mais eloquente.

<sup>17</sup> Há um caso excepcional representado por Bananal, cuja singularidade certamente resultava do impressionante tamanho de suas propriedades fundiárias.

<sup>18</sup> Note-se só se levarem em consideração as duas primeiras companhias de Piracicaba, pois só quanto aos escravos residentes nelas foi anotada a procedência (africanos e crioulos). O formato geral da pirâmide etária estabelecida para a população escrava em seu conjunto era semelhante no município inteiro. Isso pode ser acompanhado também com os dados da década de 1830 presentes em MÜLLER, 1978 [1837].

<sup>19</sup> Observe-se, adicionalmente, que a documentação de Limeira escamoteia, certamente por razões políticas, um caso que elevaria enormemente os indicadores a respeito da concentração de qualquer coisa: Nicolau de Campos Vergueiro aparece muito tangencialmente nos registros de batismo locais como proprietário de escravos.

<sup>20</sup> FOGEL, 1989, p.18. Ver também a análise de Tadman segundo a qual o tráfico interno norte-americano posterior ao fim do comércio de almas africanas foi desproporcionalmente voltado para a Louisiana açucareira, onde uma demanda muito voraz simplesmente não correspondia ao tamanho relativo da área frente ao mundo algodoeiro (TADMAN, 2000).

<sup>21</sup> Maços de população, Piracicaba, 1828, no Arquivo do Estado de São Paulo.

<sup>22</sup> MOTTA, 1999, p.270; FLORENTINO; GOES, 1997, p.235. Aqui, são considerados de filiação ilegítima os batismos em que o nome do pai de cada criança estava omitido, ou onde se dizia que o pai era desconhecido. As taxas de ilegitimidade escrava no Vale atingiram 42% em Areias (1818-1836), 54% em Bananal (1816-53); 33% em Queluz (1845-53) e 40% em Silveiras (1832-54). A ilegitimidade era bem menor no Oeste canavieiro: 13% em Capivari (1821-38); 15% em Piracicaba (1831-44); 20% em Limeira (1831-53) e 26% em Rio Claro (1831-51).

<sup>23</sup> Os historiadores da moeda no Brasil detectaram, para o final dos anos 1840, uma queda leve do saldo de papel moeda em circulação, da taxa de câmbio e do custo de vida no Rio de Janeiro. Por trás disso estava a lei de 1846 que fixou a paridade ouro do mil-réis. A taxa estava acima do fixado em lei, e o governo encaminhou, por causa disso, políticas de redução do estoque de moeda (PELÁEZ; SUZIGAN, 1976, p.32-34). Essas medidas contracionistas e seu sucesso parcial podem ajudar a compreender a breve redução de preços de escravos na área do café.

<sup>24</sup> A comparativamente longa permanência cafeeira nas enormes propriedades de Bananal pode ser acompanhada nos trabalhos de Fragoso, Rios, e Castro incluídos em CASTRO; SCHNOOR, 1995, p.199-242.

<sup>25</sup> Consideraram-se as avaliações feitas por José Joaquim Machado de Oliveira em 1854, mas elas levaram a médias quase sempre inacreditáveis. Informação produzida no contexto do trabalho de José Evandro Vieira de Melo (2009, p.134) confirma esse destaque dos engenhos de Piracicaba frente aos circundantes: tamanho médio de 1268 hectares para “fazendas açucareiras” de Piracicaba em 1855-6; 537 hectares para Capivari; 348 para Porto Feliz e 534 para Tietê. Barickman (2003, p.187) estabelece 481

---

hectares como o tamanho médio dos engenhos de seis freguesias açucareiras baianas do Recôncavo Baiano por volta de 1859, de modo que os engenhos paulistas concorriam bem com os baianos (apenas em tamanho das propriedades, pois na Bahia era mais comum que houvesse lavradores de cana sem engenhos, aumentando a produção por instalação de beneficiamento). Mas não o faziam frente aos pernambucanos: as propriedades canavieiras de Escada, Pernambuco, na déc. de 1850, tinham em média 2871 hectares, sendo a mediana de 995 hectares (EISENBERG, 1977, p.151). Nada disso tinha termos de comparação no Caribe Britânico ou Francês. Em Barbados, entre 1639-1670, os engenhos tendiam à média de 90 hectares (BECKLES; DOWNES, 1987, p.228). Na parte francesa da Ilha de São Domingos, os engenhos tinham tamanho médio de 272 hectares durante a segunda metade do século XVIII, enquanto os cafezais eram propriedades com, em média, 145 hectares (GEGGUS, 1993, p.75-77).